

Programa de Iniciação Científica mergulha alunos do ensino médio no mundo da pesquisa acadêmica

Qua 17 janeiro

“Eu sou porque nós somos”. Essa é a máxima de Ubuntu, filosofia africana que implica os conceitos de cooperação, empatia e respeito, e que inspirou a criação de um dos eixos de pesquisa do projeto Iniciação Científica no Ensino Médio em Minas Gerais. Lançado em junho pela [Secretaria de Estado de Educação](#), em parceria com a [Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais \(Fapemig\)](#), Instituto Unibanco e Ação Educativa, o projeto levará a experiência de pesquisa e extensão a 3.452 estudantes de 221 instituições de ensino estaduais.

Um dos eixos do projeto é o “Núcleo de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora” (Ubuntu/Nupeaa’s), que, em consonância com a Lei nº 10.639 e com a campanha Afroconsciência, desenvolvida pela SEE, tem como enfoque a promoção da igualdade racial pautada no reconhecimento da diversidade como elemento preponderante para o desenvolvimento escolar.

Já foram selecionados, por meio de edital, 94 projetos pelo Ubuntu/Nupeaa’s, com 12 estudantes em cada. São 1.128 jovens pesquisadores sendo orientados nos núcleos, e a expectativa da secretaria é de que sejam impactados cerca de 5.600 alunos de 470 escolas em Minas Gerais.

Para a superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação, Iara Pires Viana, os Nupeaa’s vêm dizer aos jovens mineiros, estudantes de escolas públicas, que eles têm plenas condições de estar na universidade. “Queremos aproximar a nossa juventude da academia, que muitas vezes é algo distante, principalmente para aqueles que moram na periferia”, afirma.

Para começar o projeto, a SEE fez um levantamento em todo o estado. “Algumas regiões apresentam número maior de genocídio da juventude negra, ou mais área de periferia. Estas foram contempladas com um número maior de núcleos”, explica Iara. Para o primeiro edital, foram mais de 600 projetos inscritos.

Em Belo Horizonte, a professora de arte na Escola Estadual Professor Pedro Aleixo, Samara Xavier, conta que o projeto aprovado na escola começou pouco antes do edital da SEE. “Foi um evento que fizemos valorizando essas manifestações culturais locais, como duelos de MCs, o grafite, o Hip-Hop, entre outras. A ideia era reconhecer a escola como um espaço sociocultural”, detalha.

A escola, cuja maioria de alunos é do Aglomerado da Serra, agora vai ampliar a proposta. “Talvez o projeto não fosse adiante, mas agora vimos que ele pode se transformar em algo maior. O edital fortalece a ideia e amplia a discussão. O foco era bem cultural, e agora vamos aliar isso à discussão das relações étnico-raciais”, conta Samara.

Segundo Samara, agora será feito desde a pesquisa teórica do conceito de favela, como ela surge, até um mapeamento, no Aglomerado, dos grupos culturais que lá existem e resistem, e partilhar isso na escola. “Estou me sentindo representada, é uma oportunidade de desenvolver outros conhecimentos acadêmicos”, comemora Samara.

Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, no Território Mata, a Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho foi uma das contempladas no edital. O professor de Matemática Reginaldo Britto está à frente da pesquisa.

“Atuo aqui há 26 anos, e é uma escola periférica, em um bairro de população majoritariamente negra. Eu já desenvolvia uma prática pedagógica que se encaixa na proposta do Ubuntu/Nupeaa’s, e pela primeira vez percebi uma política pública nesta direção. Pensei: é agora. Inscrevi o projeto e deu certo”, conta o professor.

O Grupo de Pesquisas Sociais (GPS), conduzido por Britto, pesquisa a abordagem da temática racial pela mídia. “Analisamos quanto o negro aparece e, principalmente, como ele aparece, se em contexto negativo ou positivo. Assim, construo junto aos alunos medidas estatísticas e a partir daí a discussão é ampliada. Por exemplo: vamos estudar probabilidade, qual a chance de um indivíduo branco estar em uma situação negativa? E o negro?”, destaca.

pesquisa da E.E. Professor Cândido Motta Filho recebeu visita de estudantes africanos. Foto: Arquivo

O projeto inclui, ainda, o conceito da Etnomatemática, criado por um matemático brasileiro e reconhecido mundialmente. Essa linha estuda que cada povo/grupo social tem maneiras próprias de explicar coisas do cotidiano, o que inclui o conhecimento matemático.

No estudo, o grupo de alunos orientado por Reginaldo Britto vai pesquisar unidades próprias de medida e distância, por exemplo, existentes na comunidade quilombola Colônia do Paiol, de Juiz de Fora.

Como parte do projeto, os alunos também participaram de duas rodas de conversa com africanos, estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de desconstruir o imaginário sobre o país e possibilitar um olhar mais próximo da realidade.

O aluno e orientando Luiz Carlos Narciso, 17 anos, conta que sua visão sobre a África mudou. “A

gente tem essa impressão de que eles são miseráveis. E não é verdade. Eu também não sabia nem que existia comunidade quilombola, estou curioso para ver como é. Estamos bem empolgados com a pesquisa, que pode abrir portas para a gente”, diz.

Ribeirão das Neves

Em Ribeirão das Neves, Território Metropolitano, os alunos do vice-diretor da Escola Estadual José Luiz de Carvalho e professor de História Ronildo da Silva vão pesquisar os saberes tradicionais populares mineiros, especificamente o das benzedeadas.

“Fiz uma pesquisa aqui na escola e mais de 80% dos alunos já foram levados à uma benzedeadas alguma vez. Vamos estudar este trabalho das benzedeadas locais, e também no quilombo Nossa Senhora do Rosário, que fica aqui perto”, diz Silva.



O professor Ronildo da Silva com uma parte dos alunos orientandos. Foto: Arquivo Pessoal
“A gente sabe que houve imposição muito forte da igreja católica no Brasil. Nossa construção social desmereceu muito o que veio da África. Como se fosse do mau, ruim. Mas a essência é muito bonita. Queremos desconstruir e desmitificar esse preconceito”, completa Silva.

Desde outubro, os alunos já estão frequentando o contraturno escolar para o projeto. “Eu nunca tinha visto isso dentro do Estado, onde estou há 15 anos. Estou esperançoso, é importante para os alunos e também para os professores, que terão títulos de pesquisador. Espero que o número de projetos e escolas participantes se expanda”, finaliza o professor.

A orientanda Maria Eduarda dos Santos, de 16 anos, conta que achou o tema muito interessante. “Já fui a uma benzedeadas com uns oito anos de idade, minha avó me levou. E na escola a gente fala pouco sobre isso, mesmo sendo tão comum. Muita gente tem preconceito também. Está todo mundo bem animado, acho que vai ser muito legal”, afirma.

Formação dos professores

Os professores que tiveram projetos selecionados para participar do Programa Iniciação Científica

no Ensino Médio já participaram de uma formação de três dias em Belo Horizonte.

Estiveram presentes educadores de 94 escolas que tiveram seus projetos selecionados para integrar o eixo Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (Ubuntu/Nupeaas) e 33 professores de escolas que tiveram projetos selecionados para participar do eixo Territórios de Iniciação Científica (TICS).

Além da formação (que acontecerá também de forma contínua ao longo da pesquisa), o professor vai receber uma extensão de carga horária, titulação de pesquisador e tutoria de professores de Instituições de Ensino Superior, fruto da parceria com a Fapemig.

“A gente abarca uma triangulação, na qual temos uma oferta de formação para o nosso professor e a orientação durante todo este processo, que dura dez meses. É algo inovador”, destaca a superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação, Iara Pires Viana.

Ao final do projeto serão realizados dois seminários, um regional e um estadual, para apresentação dos resultados. “A expectativa é que sejam publicados artigos, capítulos de livros e que tenhamos estudantes mais seguros para o ingresso nas universidades, além de capilarizar as discussões com argumentos mais consistentes e trabalhar de modo mais eficaz no enfrentamento às práticas racistas”, conclui Iara.

A previsão é que o segundo edital do projeto seja lançado em outubro de 2018.